

SPM lança campanha contra o assédio

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República lança nesta sexta-feira, 09/02, uma campanha digital que faz um alerta sobre o assédio no carnaval. O trabalho explica a diferença entre assédio e paquera, bem como relembra o número da central de atendimento da SPM, o Ligue 180.

(SPM, 09/02/2018 - acesse no site de origem)

A construção da campanha envolveu a força de trabalho da instituição, que voluntariamente gravou depoimentos sobre o assunto. A mensagem será apresentada de forma multifacetada e com uma linguagem espontânea de pessoas de faixa etária e sexo diferente.

“Nos juntamos aos grandes movimentos realizados no país, neste período, para lembrar a importância de eliminar o assédio desta festa tão representativa. Aproveitamos para reforçar que a central de atendimento está disponível 24h para receber as denúncias. Em caso de assédio, ligue 180 ”, ressalta Fátima Pelaes, Secretária de Políticas Para Mulheres.

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial, que funciona 24 horas, todos os dias da semana. O Ligue 180 acolhe e encaminha as denúncias para os órgãos competentes.

Confira as redes sociais da SPMulheres. Acesse e participe deste movimento. Neste Carnaval, solte a voz, ligue 180!

Faça o download das peças diretamente no flickr:

SPMulheres : <https://www.flickr.com/photos/spmulheres/albums/72157665561769308>

Secretaria Nacional de Política Para Mulheres repudia ‘Só surubinha’ e pede apuração do Ministério Público

Órgão diz que repudia ‘Só Surubinha de Leve’, de Mc Diguinho e ‘Vai faz a fila’, de Mc Denny, e pede ‘apuração e responsabilização quanto a possíveis crimes praticados’.

(G1, 18/01/2018 - acesse no site de origem)

A Secretaria Nacional de Política Para Mulheres divulgou nesta quinta-feira (18) uma nota de repúdio aos funks “Só Surubinha de Leve”, de Mc Diguinho e “Vai faz a fila”, de Mc Denny.

O órgão ligado à Secretaria de Governo da Presidência da República diz que solicitou ao

Ministério Público “apuração e responsabilização quanto aos possíveis crimes praticados”. A nota diz que as duas músicas fazem “clara apologia aos crimes de estupro”.

MC Diguinho é alvo de críticas pela música lançada em setembro, que teve mais de 14 milhões de views no YouTube. Sua música tem versos como “Taca bebida, depois taca pica e abandona na rua”.

“Vai faz a fila”, de MC Denny, tem versos como “Vou socar na sua b***sem parar / E se você pedir pra eu parar não vou parar”. O vídeo tem mais de 29 milhões de visualizações no YouTube e, ao contrário da faixa de MC Diguinho, ainda está no ar.

Veja a nota na íntegra:

“A Secretaria Nacional de Política para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vem a público manifestar repúdio as canções intituladas “Só Surubinha de Leve”, do Mc Diguinho e “Vai faz a fila”, do Mc Denny que fazem clara apologia aos crimes de estupro.

Para apuração e responsabilização quanto aos possíveis crimes praticados, a SPM solicitou ao Ministério Público Federal e ao Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (FONAVID) providências cabíveis.

As duas letras se encontram em destaque na lista de “virais” na internet no Brasil. A música é uma manifestação cultural legítima, mas não pode ser ferramenta incentivadora de crime, sendo necessária a tomada de providências legais contra autores, interpretes e divulgadores. É importante ressaltar que a investida sexual sem o consentimento da mulher, ou em qualquer circunstância que lhe provoque perda de consciência, caracteriza violência sexual e pelo novo código penal é enquadrado no crime de estupro e crime de estupro de vulnerável, respectivamente.

De acordo com o Anuário da Segurança Pública 49.497 mulheres sofreram estupro em 2016. Portanto, reforçamos que o trabalho da SPM é para que as mulheres brasileiras tenham seus direitos garantidos. Acompanharemos de perto o andamento da questão.”

[ONU Mulheres Brasil e SPM lançam novos dados de pesquisa sobre violência contra as mulheres - DF, 23/11/2017](#)

Pela primeira vez, estudo faz ligação da violência doméstica no Nordeste brasileiro, com foco entre gerações, vulnerabilidades raciais e socioeconômicas e incidência sobre os direitos reprodutivos. Pesquisa inédita é da Universidade Federal Ceará e do Instituto Maria da Penha, financiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Divulgação marca campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

[\(SPM/Segov - 20/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Estudo inédito sobre a violência contra as mulheres no Nordeste brasileiro estabelece os efeitos entre gerações, a vulnerabilidade racial e socioeconômica das vítimas e a ação no período reprodutivo. Os dados serão apresentados em 23 de novembro, às 14h, na Casa da ONU Brasil, em Brasília, como parte da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que, neste ano, segue o lema “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra mulheres e meninas”.

A “Pesquisa Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” tem amostra de 10 mil mulheres, entre 15 e 50 anos, moradoras de capitais nordestinas: Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina. O estudo é realizado pela Universidade Federal do Ceará, Institute for Advanced Study in Toulouse e o Instituto Maria da Penha, em cooperação com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com apoio do Instituto Avon. A divulgação é feita em parceria com a ONU Mulheres Brasil.

A apresentação dos dados será conduzida pelo professor José Raimundo, coordenador da pesquisa pela Universidade Federal do Ceará. Estarão presentes no evento: Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil; Fátima Pelaes, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Maria da Penha Maia Fernandes, fundadora do Instituto Maria da Penha; Daniela Grelin, gerente Sênior do Instituto Avon. Após a exposição da pesquisa, haverá coletiva de imprensa. Credenciamento em: bit.ly/coletiva-onumulheres

LANÇAMENTO DE NOVOS DADOS DE PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E DA CAMPANHA 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Data: 23 de novembro de 2017

Horário: das 14h às 17h

Local: Casa da ONU (Complexo Sergio Vieira de Mello | Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802 - Conjunto C, Lote 17) - Brasília/DF

Credenciamento de imprensa: bit.ly/coletiva-onumulheres

Assessoria de Comunicação da ONU Mulheres Brasil

Isabel Clavelin - 61 3038 9140 | 98175 6315

Isabel.clavelin@unwomen.org

Instituto Avon (SOKO): Fabiane Abel - fabiane@soko.cx

(11) 9 4283-5973

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Niege Neves - (61) 3313 - 7398/ 98282 - 6391

spmimprensa@spm.gov.br

Seminário debateu uso e divisão do tempo de trabalho entre mulheres e homens

“As pautas femininas e a defesa dos direitos das mulheres são questões que estão acima de quaisquer outros posicionamentos. São objetivos que nos agregam, nos fortalecem e nos proporcionam momentos como esse, demonstrando que as atividades e os programas seguem seu ritmo em busca de avanços”, afirmou a secretária adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/SEGOV/PR), Maria Aparecida Moura, na abertura do Seminário “Uso do Tempo e Gênero”, que aconteceu quarta-feira(18), em Brasília.

(SPM, 20/10/2017 - acesse no site de origem)

Ela fazia referência à presença de representantes da ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sob o comando do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, responsável pela realização do Seminário.

O encontro abordou questões de gênero, com ênfase sobre divisão sexual do trabalho e como ela se traduz no dia a dia das famílias. Os debates tiveram o reforço das informações contidas no livro “Uso do Tempo e Gênero”, lançado durante o evento. A edição reúne os estudos e pesquisas apresentados em 2013, no Rio de Janeiro, durante a realização da 35ª Conferência da Associação Internacional de Pesquisa de Uso do Tempo (IATUR). A organização dos textos e a impressão do livro são da SPM e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

O Seminário foi dividido em duas partes. A primeira, debateu os marcos internacionais de medição e valoração do trabalho não remunerado, a desigualdade na América Latina e o uso do tempo no Brasil. Em seguida, especialistas discutiram conciliação e corresponsabilidade com o trabalho e a família, além de políticas públicas.

A mesa de encerramento do seminário promoveu um debate mais aprofundado sobre as diferenças de gênero e de raça, trazendo um panorama sobre o gênero e a classe nos usos do tempo das famílias brasileiras

Por maior efetivação da Lei Maria da Penha - Pelo veto ao art. 12-B do PLC 07/2016

Hoje (16), o Instituto Patrícia Galvão enviou ofícios à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Governo e à Secretaria Nacional de Cidadania da Secretaria de Direitos Humanos solicitando apoio ao pedido de veto presidencial ao art. 12-B do PLC 07/2016, recentemente aprovado pelo Senado.

Saiba mais: [Polícia poderá conceder medidas protetivas de urgência: mais proteção ou mais risco para as mulheres? \(Agência Patrícia Galvão, 11/10/2017\)](#)

Confira:

O **Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos** vem a público manifestar extrema preocupação quanto ao art.12-B, do recém-aprovado PLC 07/2016, que pretende conferir à autoridade policial atribuições para a concessão de medidas protetivas de urgência em caso de violência doméstica e familiar, e solicitar o apoio urgente dessa Secretaria para o pedido de veto presidencial a essa matéria.

Como já foi alertado em diversas notas técnicas emitidas por órgãos representativos dos aplicadores da Lei Maria da Penha, essa mudança constitui um grave equívoco contra a própria Lei nº 11.340/2006, considerada pelas Nações Unidas como uma das mais avançadas do mundo e que poderá passar a ser objeto de ações de inconstitucionalidade, o que colocaria em risco todos os avanços já alcançados desde sua sanção há mais de onze anos.

Adicionalmente, ao invés de ampliar a proteção às mulheres em situação de violência, a proposta pode aumentar a vulnerabilidade e colocar em risco a integridade emocional, física e a própria vida dessas mulheres. É amplamente sabido que as unidades policiais não dispõem de estrutura e de agentes capacitados que garantam a apreciação e encaminhamento adequados dos pedidos de medida protetiva de urgência.

A Lei Maria da Penha é a lei mais conhecida do Brasil e sua proteção e efetiva aplicação são garantias para que as mulheres brasileiras exerçam de fato seu direito a uma vida sem violência.

Assim, reiteramos nossa solicitação a essa Secretaria que apoie o pedido de veto presidencial ao art. 12-B, que deve ser inteiramente suprimido do PLC 07/2016.

Cordialmente,

Jacira Vieira Melo
Diretora executiva
Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos

[Que manchetes sobre violência contra a mulher que ainda não lemos?, por Giulliana Bianconi](#)

Uma das inúmeras caixas-pretas sobre violência contra a mulher foi aberta aqui mesmo, na Folha de S. Paulo, em [reportagem de Cláudia Colluci](#). Os dados estampados na capa, sobre estupro coletivo, eram inéditos até aquele 21 de agosto. Revelavam uma incidência de 10 desses crimes por dia no Brasil e o dobro de registros nos últimos cinco anos. Mesmo que defasados - estima-se que apenas 10% dos casos de violência contra a mulher sejam registrados - os dados escancaram que o estupro coletivo está longe de ser um crime raro, eventual ou um delírio das mulheres que pedem por políticas mais efetivas de enfrentamento à violência.

[\(Folha/ #AgoraQueSãoElas, 08/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Recentemente, parece que o Brasil descobriu que ejaculações em mulheres nos ônibus também são bem mais frequentes do que poderia parecer. Depois do caso que aconteceu na Av. Paulista e que repercutiu nacionalmente, outros muitos vieram à tona.

A pergunta que a gente que trabalha analisando dados relacionados a gênero se faz é: quantas manchetes com números imprescindíveis de serem conhecidos sobre a violência contra a mulher no Brasil não tivemos ainda porque os dados estão em bases dispersas?

Os números sobre estupros são dos mais acessíveis por serem mais óbvios nos registros, mas crimes como violência psicológica, cárcere privado e assédio sexual e moral ainda ficam pulverizados em registros de bancos que padecem da falta de uma metodologia comum na coleta. Muitas vezes esses crimes sequer são identificados no momento do atendimento.

Hoje, as bases relacionadas a violência são montadas a partir da coleta de informação feita nos espaços de atendimento às vítimas (hospitais, delegacias, canais de denúncia, tribunais de justiça), mas é cada órgão no seu quadrado, e muito dado administrativo espalhado, sem um sistema integrado, o que dificulta imensamente análises amplas de contexto. As estatísticas policiais nacionais, compiladas na base Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança, nem chegam a ter recorte de gênero. Quando há esse enfoque, como nas bases do SUS, não há a determinação para perguntar sobre a orientação de gênero, o que invisibiliza quase que totalmente nos registros da saúde pública as violências cometidas contra transexuais.

Um sistema nacional de dados sobre a violência contra a mulher é, desde 2007, uma meta da Secretaria Política para Mulheres (SPM), órgão que desde que foi criado em 2003 deu uma sacudida na forma como se registra e se promove o acesso das mulheres vítimas de violência a serviços de apoio. Para dar suporte à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que entre tantos avanços determinou a inclusão de estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres nas bases de dados dos órgãos do Sistema de Justiça e Segurança, também foi criado, na SPM, o Ligue 180.

Esse canal de denúncia acumula balanços nacionais nada animadores. Entre 2014 e 2015, por exemplo, as denúncias de cárcere privado atingiam a variação de 325%, segundo levantamento que fizemos na revista Gênero e Número. Já de acordo com a própria SPM, entre 2015 e 2016 esse tipo de crime teve ainda um aumento de 54%, com média de 17 registros por dia. Muita gente arregala os olhos: cárcere privado?! Sim. São muitas mulheres violentadas privadas da liberdade. Mas quem são elas? A base do 180 indica o que o Mapa da Violência, que usou as bases do Ministério da Saúde, já nos dizia em 2015: as mulheres vítimas de violência são principalmente as mulheres negras. Em 2016, dos relatos de violência feitos no canal Ligue 180 que registraram a informação “cor” 60,53% tinham denunciante negras.

Reunir as bases e integrá-las, permitindo à sociedade acessar todas as informações possíveis, deveria seguir sendo uma meta indispensável visando a construção de políticas públicas eficientes. O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi extinto, numa das primeiras Medidas Provisórias do governo Temer, e a Secretaria de Política para as Mulheres, até então subordinada a esse Ministério, passou a ser responsabilidade do Ministério da Justiça e Cidadania. À ocasião, assistimos ao anúncio do então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, de que havia um [plano federal de combate à violência contra a mulher sendo desenhado](#). Previa como uma das principais ações instalações de câmeras de segurança e as “patrulhas Maria da Penha” (sim, carros de polícia) em regiões com alto índice de agressões domésticas.

As tais caixas-pretas seguem sendo abertas, viram manchetes nos jornais ou nos sites, invariavelmente. E nada se traduz em políticas ou avanços nos sistemas de proteção. Pelo contrário. Para além de rondas policiais, onde estão o Governo Temer, seu plano federal e as políticas pensadas a partir de dados integrados que poderiam estancar a violência e evitar a repetição de manchetes tão absurdas?

**Giulliana Bianconi é jornalista e codiretora da Gênero e Número, organização de mídia voltada ao debate de gênero.*

[Conheça ações de combate à violência contra as mulheres no Brasil](#)

Governo oferece diversos serviços para enfrentar o problema, como a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)

[\(Portal Brasil, 25/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O Dia Laranja pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, comemorado no dia 25 de cada mês, é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) de alerta sobre a prevenção e eliminação da violência contra mulheres.

No Brasil, mais de [40% das mulheres](#) já sofreram violência doméstica em algum momento da vida e, em 2016, [66% dos brasileiros](#) presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou

verbalmente. No [Mapa da Violência 2015](#), que faz comparação com dados de 83 países, o Brasil se encontra na 5ª posição em assassinato de mulheres.

O governo federal oferece diversos serviços para enfrentar o problema, como a Central de Atendimento à Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Além disso, o País tem uma legislação específica para os casos de violência contra a mulher, a chamada Lei Maria da Penha.

Ligue 180

A [Central de Atendimento à Mulher](#), mais conhecida como Ligue 180, realizou, em 2016, o recorde de 1.133.345 atendimentos a mulheres em todo o País. O número foi 51% superior ao registrado no ano de 2015, quando 749.024 mulheres foram atendidas pela central.

O Ligue 180 é um serviço de utilidade pública gratuito e anônimo. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhados para outros serviços quando necessário.

O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive aos feriados. O 180 também pode ser acionado de 16 países com os quais o Brasil mantém convênio, para atender brasileiras que vivem no exterior: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (11.340/06) completou 11 anos em agosto, marco histórico na defesa dos direitos das mulheres brasileiras. Segundo a ONU, a lei é a terceira melhor e mais avançada no mundo em relação ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O texto é bastante conhecido por tratar de casos de agressão física entre cônjuges, mas também identifica como violência doméstica o sofrimento psicológico, como o isolamento da mulher, o constrangimento, a vigilância constante e o insulto, entre outros comportamentos agressivos e machistas. Além disso, há a violência sexual, como manter uma relação sexual não desejada por meio da força, forçar o casamento ou impedir que a mulher use métodos contraceptivos; e a violência patrimonial, como a destruição ou subtração dos seus bens, recursos econômicos ou documentos pessoais.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, mais de 212 mil novos processos registrando casos de violência doméstica e familiar foram abertos em 2016 e mais de 280 mil medidas protetivas foram proferidas para proteger as mulheres em situação de violência.

SPM divulga dados de 11 anos da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (11.340/06) completa 11 anos em agosto. Ela é um marco histórico na defesa dos direitos das mulheres brasileiras. Segundo a Organização das Nações Unidas, a Lei é a terceira melhor e mais avançada no mundo em relação ao enfrentamento a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

[\(SPM, 22/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Nessa primeira década a legislação tornou-se conhecida. Pesquisas indicam que 98% da população brasileira já ouviu falar na Lei Maria da Penha e 70% consideram que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, mais de 212 mil novos processos registrando casos de violência doméstica e familiar foram abertos em 2016. E mais de 280 mil medidas protetivas foram proferidas para proteger as mulheres em situação de violência.

E para celebrar o aniversário da Lei, e ao mesmo tempo alertar para a importância da prevenção e do combate, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/SEGOV) lança a campanha #AgostoLilás #MariadaPenha11anos, com peças e vídeos para internet que serão disponibilizados nas redes sociais da SPM entre os dias 07 e 31 de agosto. O objetivo é tornar conhecida a Lei, mostrar ações de prevenção e repressão que constam no texto.

Em agosto, a SPM irá promover uma série de eventos em torno do tema, entre eles, a inauguração da Casa da Mulher Brasileira, em São Luís (MA), o lançamento da Rede Brasil Mulher e o encontro com a Rede Nacional de Enfrentamento à Mulher Vítima de Violência.



DADOS

- O Ligue 180 recebeu mais de 560 mil ligações no 1º semestre de 2017.
- [O Ligue 180 atendeu em 2016 1.133.345 pessoas.](#)
- [Balanço do Ligue 180 no 1º Semestre de 2016](#)
- [Balanço do Ligue 180 dos anos anteriores](#)
- Em 2016, 82.725 mulheres foram atendidas nas três Casas da Mulher Brasileira, uma média de 2,2 mil por mês em cada casa.
- Na capital de Mato Grosso do Sul, de fevereiro de 2015 - data da inauguração, a novembro de 2016 foram atendidas 110.426 atendimentos.

Justiça

- Segundo o CNJ, 212.501 novos processos de violência doméstica foram abertos em 2016.

- Em 2016, foram concedidas 285.576 medidas protetivas.
- No Brasil existem 114 varas ou juizados especiais de violência doméstica e familiar.
- 369 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e 131 núcleos, postos ou seções de atendimentos a mulher.

Violência

- A cada dia cerca de 13 mulheres são assassinadas no Brasil.
- Segundo o [Mapa da Violência 2015](#), dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex.
- 3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta [pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular \(nov/2014\)](#).
- [98% da população brasileira já ouviu falar na Lei Maria da Penha e 70% consideram que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.](#)

[Acesse as peças da campanha #AgostoLilás](#)

Andreia Araujo de Oliveira

SPM lança campanha de alerta aos sinais de relacionamento abusivo

Com a proximidade do Dia dos Namorados, os relacionamentos são o assunto do momento. Mas é importante chamar atenção para uma questão: os relacionamentos abusivos. Sinais, gestos e ações que indicam que o relacionamento caminha para violências.

[\(SPM, 09/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Muitas mulheres sofrem violência e não se dão conta. Quando são xingadas, são expostas em grupos, tem sua autoestima ferida ou até mesmo perdem a autonomia sobre seu patrimônio”, explica a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.

Para levar o debate para as redes sociais, a Secretaria de Políticas para as Mulheres lança a campanha #NãoéAmorQuando. Com peças coloridas, vídeos e infográficos, a campanha será divulgada nas redes sociais: Facebook, Twitter e Youtube.

“É importante deixar claro que as mulheres tem ajuda. Hoje, em todo o Brasil, atendemos milhares de mulheres pelo Ligue 180 tirando dúvidas e informando sobre as leis e a Rede de

Atendimento à Mulher”, explica a secretária Fátima Pelaes.

Qualquer pessoa que precisar de informações ou queira fazer denúncia de um relacionamento abusivo, pode ligar de forma gratuita e anônima para o Ligue 180. Em 2016, o Ligue 180 realizou mais de um milhão de atendimentos (1.133.345), 51% a mais do que os registros de 2015. Do total, 12,3% relatam violência, sendo a física em primeiro lugar (50,70%), seguida da violência psicológica (31,80%).

O que é o relacionamento abusivo?

Pela Lei Maria da Penha é considerado crime contra a mulher a violência psicológica, moral, sexual, patrimonial ou física.

Há uma vasta literatura que aponta sinais clássicos de comportamentos abusivos e violência psicológica. As mulheres podem se identificar com algum ou alguns deles.

Por exemplo: te humilha e faz piada a seu respeito quando vocês estão entre amigos; está frequentemente discordando das suas opiniões e desconsidera suas ideias, sugestões e necessidades; tem a habilidade de fazer com que você se sinta mal a respeito de si mesma; quando você reclama, diz que você é “muito sensível”; quer controlar a maneira como você se comporta; você sente que precisa pedir permissão para sair sozinha; controla seus gastos financeiros; tenta, e muitas vezes consegue, diminuir seus sonhos, suas conquistas e esperanças; tenta e muitas vezes consegue, diminuir seus sonhos, suas conquistas e esperanças; tenta e muitas vezes consegue, diminuir seus sonhos, suas conquistas e esperanças; faz com que você se sinta sempre errada.

Serviços oferecidos pelo Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 é um serviço que ouve e orienta mulheres sobre seus direitos, além de receber denúncias de violência, sugestões, reclamações, elogios e outros serviços. As atendentes têm treinamento humanizado e são capacitadas em questões de gênero, legislação, políticas do Governo Federal para as mulheres, informações sobre a violência contra a mulher e, principalmente, na forma de acolher e orientar nos procedimentos a serem adotados na busca do serviço adequado.

O Ligue 180 também recebe e encaminha ligações sobre outros tipos de violência contra a mulher, como, por exemplo; Cárcere Privado, Exploração Sexual, e Violência Obstétrica.

O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive aos feriados. O 180 também pode ser acionado de 16 países com os quais o Brasil mantém convênio, para atender brasileiras que vivem no exterior.

Assessoria de Comunicação Social

SPM defende igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho, durante audiência pública

Mais de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros já estão envolvidos no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. São cerca de 44% mulheres e 56% homens, em 122 empresas participantes.

(SPM, 31/05/2017 - [acesse no site de origem](#))

Os dados foram apresentados pela secretária especial, Fátima Pelaes, em audiência pública realizada ontem (30) na Câmara dos Deputados, que discutiu o empoderamento feminino no mercado de trabalho.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado em 2005 e tem como objetivo maior a promoção da igualdade entre mulheres e homens no ambiente do trabalho, no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção.

Fátima Pelaes destacou os resultados positivos já alcançados pelas empresas participantes: 42,3% garantem a licença-paternidade estendida e 87,17% garantem a licença-maternidade de 180 dias. Das 122 empresas que já aderiram ao programa, 65 são públicas, 49 privadas e 8 mistas.

Ela também falou da Rede Brasil Mulheres, uma iniciativa da SPM, para ampliar e fortalecer todas as ações, públicas ou privadas, voltadas às mulheres. E citou como exemplo o Ministério da Saúde, que tem programa específico voltado à saúde da mulher, e o Ministério da Educação, que vai incluir a violência contra as mulheres nos temas a serem abordados nas escolas.

“O enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção da igualdade entre mulheres e homens são desafios impostos a todos os brasileiros, de forma individual ou coletiva, em organizações, empresas, associações, sejam públicas ou privadas”, defendeu Pelaes.

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, da Câmara dos Deputados, por conta do projeto de Lei [2821/08](#), do deputado Renato Molling (PP-RS), que torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil, como sindicatos, fundações, associações e organizações não governamentais. O debate foi coordenado pela deputada federal Soraya Santos, relatora do PL.